

CLIPPING

06 de Setembro de 2018
O Liberal – Atualidades, 08

Vistoria contra fogo é rara nos museus

BOMBEIROS

Corporação diz que não há efetivo para garantir vistorias anuais previstas

“As vistorias são anuais, mas os Bombeiros não têm como atender a todas as demandas”, disse o capitão Bombeiro, Raimundo Nonato Moura da Silva, perguntado sobre a realidade das fiscalizações nos museus da Região Metropolitana de Belém (RMB).

O militar gerencia o total de oito duplas de bombeiros brigadistas de incêndios, lotados no Centro de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CMBP), órgão responsável pelas vistorias, com sede no Entrocamento. Ele informou que diariamente são cerca de 48 visitas técnicas em estabelecimentos públicos e privados, com média de 700 averiguações por mês. A alta demanda deixa alguns pedidos de fora.

Com a experiência de 12 anos na corporação militar, o capitão afirmou que nunca teve conhecimento de pedido formal do poder público ou dos museus do Pará para a

presença fixa dentro dos estabelecimentos de bombeiro civil ou brigadista de incêndio, denominação mais recente dada a esses militares. Perguntado se há possibilidade de atender solicitação dessa natureza, ele afirmou, “primeiro, não há previsão legal para isso, segundo, é um assunto para a direção da Corporação. Falando pelo CAT, não tenho efetivo”, disse.

Em entrevista a **O LIBERAL** na última terça-feira, 4, o secretário de Cultura do Estado, Paulo Chaves, disse que embora haja sistemas de combate a fogo nos museus paraenses, há riscos iminen-

tes de incêndios em razão da fragilidade das unidades, prédios centenários que facilitam a propagação do fogo por terem piso, teto, porta e caixilharia de madeira e muito papel.

O secretário ponderou que o ideal seria ter uma brigada de bombeiros dentro de cada prédio, mesma opinião do professor doutor de História, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Aldrin Moura, “o Museu de Arte de Belém viveu uma drástica situação em 2017, com o princípio de incêndio na parte de trás do Palácio Antônio Lemos. Não há uma

brigada permanente nesses espaços, quando deveria haver pelo menos dois bombeiros especializados para intervenções devidas, fixos”, observou o historiador. “Quando chegaram, os bombeiros entraram por cima do museu e usaram mangueiras d’água. Felizmente a equipe qualificada do Museu de Arte de



Palácio Antônio Lemos enfrentou princípio de incêndio em 2017, que por pouco não atingiu o MABE



MUSEUS
EM RISCO



Professor Aldrin Moura: falta brigada de incêndio

Bombeiros dizem que não têm como fazer todas as vistorias anuais

brigada permanente nesses espaços, quando deveria haver pelo menos dois bombeiros especializados para intervenções devidas, fixos”, observou o historiador.

“Quando chegaram, os bombeiros entraram por cima do museu e usaram mangueiras d’água. Felizmente a equipe qualificada do Museu de Arte de

Belém logo interveio para secar as peças e salvaguardar o que ficou exposto à água jogada sobre o prédio”, recordou o doutor em História, da UFPA, sobre o sinistro de 2017.

O capitão Raimundo Nonato se mostrou sensível à importância dos museus para a cidadania e chamou a atenção para os cuidados diários que sua corporação tem no combate ao fogo, com uso de técnicas e equipamentos. Ele pontuou que os locais têm grande volume de materiais de fácil combustão.

Os Bombeiros do Pará não dispõem de novos aparatos para o controle e extinção de incêndio, a exemplo de jatos de espuma e do uso de pós químicos. A utilização de espuma pode minimizar os danos materiais de um incêndio.

“Em regra, o serviço de vistoria é anual, mas nem sempre dá para atender a

todas as solicitações”, admitiu ele. “Fomos ontem (terça-feira) à unidade do Museu Paraense Emílio Goeldi na Avenida Perimetral e amanhã (hoje), vamos ao Goeldi da (Avenida) Magalhães Barata”, informou o militar.

Ele frisou ainda que o CAT faz vistorias planejadas, provocadas por denúncias, solicitações do poder público, que é isento do pagamento da DAE (Documento de Arrecadação do Estado), recolhido pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), e obrigatória para a iniciativa privada. “Via de regra, a empresa dá entrada no pedido de vistoria, o que gera um requerimento com boleto a ser pago, a empresa tem de informar CNPJ, área e forma de ocupação, dependendo da área e da ocupação, o DAE tem um valor”, afirmou.